

Crise estrutural do capital e problemáticas do marxismo para o século XXI. Breves
apontamentos

Giovanni Alves¹

A partir da recessão mundial de 1973-1975 inaugurou-se uma nova temporalidade histórica do capital: a era da crise estrutural do capital (tal como a denominou István Mészáros). A partir daí, constituiu-se efetivamente o *capitalismo global* e implementou-se um complexo de reestruturações capitalistas nas mais diversas esferas da vida social. A partir de 1980, nos projetamos para uma nova etapa histórica do sistema mundial do capital. Apenas na década de 1990 o Brasil inseriu-se com vigor no processo de mundialização do capital com as reformas neoliberais de Collor de Mello e FHC.

Entretanto, apesar da euforia neoliberal (e pós-moderna) das décadas de ascensão da globalização (1980/1990), com a Queda da Muro de Berlim (1989) e o *débacle* da URSS (1991), o capitalismo global sob a hegemonia do capital financeiro, demonstrou sua profunda instabilidade sistêmica. O *capitalismo das bolhas especulativas* manifestou sua primeira aparição com a crise financeira e recessão no Japão em 1987. Foi a primeira crise da nova era de financeirização da riqueza capitalista (da qual o Japão não se recuperou até hoje).

Na década de 1990, tivemos a primeira crise mundial da globalização com a queda das bolsas de valores na Ásia (1996 e 1997), Rússia (1998) e Brasil (1999). Ao mesmo tempo, na década de 1990 construiu-se a união monetária européia (o Euro, a vigorar em 2000), projeto hegemônico da buguesia franco-alemã; e a China integrou-se no mercado mundial com sua adesão na OMC (Organização Mundial do Comércio). O avanço da precariedade social nos países capitalistas centrais fez crescer a partir de 1994, com os zapatistas no México, o movimento social anti-globalização, cujo ápice ocorreu no I Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre no Brasil em 2001.

Na verdade, em 2001 ocorreu a crise da *Nasdaq* (o estouro da bolha da *New Economy*) provocando mais instabilidade na economia global. Os atentados terroristas no *World Trade Center*

¹ Doutor em ciências sociais pela Unicamp, livre-docente em sociologia e professor da Unesp, campus de Marília e do programa de doutorado em ciências sociais da Unicamp. É pesquisador do CNPq com bolsa-produtividade em pesquisa e coordenador da RET (Rede de Estudos do Trabalho) (www.estudosdotrabalho.org); e do Projeto Tela Crítica/CineTrabalho (www.telacritica.org). É autor de vários livros e artigos sobre o tema trabalho e sociabilidade, entre os quais “O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo” (Boitempo Editorial, 2000), “Trabalho e subjetividade: O espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório” (Boitempo Editorial, 2011), “Dimensões da Precarização do trabalho” (Ed. Praxis, 2013), “Trabalho e neodesenvolvimentismo: Choque de capitalismo e a nova degradação do trabalho no Brasil” (Ed. Praxis, 2014) e “A Tragédia de Prometeu: A degradação da pessoa-que-trabalha na era do capitalismo manipulatório” (Ed. Praxis, 2016). E-mail: giovanni.alves@uol.com.br. Home-page: www.giovannialves.org.

nos EUA de 11 de setembro de 2001 pioraram o cenário da geopolítica mundial ocultando as misérias da globalização. O novo imperialismo dos EUA buscava redefinir os termos da sua hegemonia mundial decadente. O *Federal Reserve* e o Governo Bush adotaram em 2001 uma política de desregulamentação financeira e crédito fácil que tirou a economia norte-americana da recessão baseada numa *bolha de consumo* e especulação com imóveis. O *boom* da economia global – incluindo *commodities* - e a *bolha imobiliária* nos EUA e União Européia, duraram até 2008 quando ocorreu a quebra do Banco Lehman Brothers e a profunda crise financeira que levou o “núcleo orgânico” das economias capitalistas à Grande Recessão de 2009, a maior crise capitalista desde 1929.

A Grande Recessão de 2009 levou o mundo capitalista à *terceira longa depressão* de sua história, com as economias do EUA, União Européia e Japão (e a partir de 2014, os países capitalistas ditos emergentes, como o Brasil) *não* conseguindo crescer a taxas superiores àquelas anteriores à crise de 2008 (o que continua até hoje – 2017). Após 2008-2009, o capitalismo neoliberal entra em sua etapa de crise estrutural, expondo contradições sociais alavancadas nas décadas de domínio do capital financeiro.

Ao lado da vulnerabilidade sistêmica do capitalismo global – que efetivamente nunca superou a crise mundial de 1973-1975 – cresceu na era da crise estrutural do capital, a precarização estrutural do trabalho, a desigualdade social e a concentração de renda no centro e na periferia do sistema mundial do capital. As promessas falsas da pós-modernidade e da globalização das décadas de 1980 e 1990 deram lugar aos pesadelos do *capitalismo hipermoderno* do começo do século XXI, com a proliferação do novo e precário mundo do trabalho, a flexibilização laboral e a barbárie social.

Nunca na história do capitalismo mundial, o sistema produtor de mercadorias demonstrou ser incapaz de cumprir suas promessas civilizatórias, explicitando candentes contradições sociais e históricas salientadas desde o século XIX por Karl Marx. Ao mesmo tempo, a crise ideológica do movimento social e político do proletariado impede a construção de alternativas radicais que apontem – 100 anos após a Revolução Russa – para além do capital. Pelo contrário, na Ásia, o crescimento do “socialismo de Estado” na China (uma contradição em termos!) indica que o pólo de acumulação do capital se desloca para a Ásia e aponta que o sistema do capital reestruturado em seu pólo estatal, tem ainda bastante folego para se expandir no plano mundial, pelo menos no século XXI – é claro, caso a Humanidade tal como a conhecemos, consiga sobreviver as ameaças da crise ecológica e nuclear.

Nessa conjuntura longa de crise estrutural do capital, desde 1973-1975, redefiniu-se um complexo de questões cruciais que o marxismo do século XXI não pode deixar de atualizar – é o

que trataremos a seguir, de modo introdutório. É preciso re-elaborar a crítica do capital no novo século do capital senil, principalmente na perspectiva da emancipação política e social da classe trabalhadora ou do proletariado nos países de capitalismo desenvolvido periférico como o Brasil, com seu lastro de tradição capitalista hipertardia, dependente e de extração colonial-escravista. O risco da *barbarie social* consolidar-se como *novo modo de desenvolvimento do capitalismo histórico* no Brasil cresceu a partir de 2016, com o novo golpe de Estado, tendo em vista que as reformas neoliberais do Governo Temer aprofundou a integração do País com a *geopolítica de decadência* do império neoliberal do Norte.

1. Esquerda e direita

No tempo histórico da crise estrutural do capital, a *distinção entre esquerda e direita* nunca foi tão fundamental – e paradoxalmente, nunca foi tão obnubilada pela ideologia burguesa. A nova etapa de desenvolvimento do capitalismo inaugurou a era de *barbárie social* onde se põe a degradação de valores civilizatórios incapazes de serem abraçados pela burguesia dominante, mesmo em seu sentido limitado, principalmente nos países capitalistas desenvolvidos periféricos.

A esquerda clássica de matriz socialista e comunista reivindica historicamente os valores da *igualdade, fraternidade e liberdade* desprezados pela burguesia como classe dominante após as revoluções europeias de 1848. Tais valores civilizatórios só podem realizados com o comunismo quando o proletariado como classe emancipar-se por meio da revolução social. A utopia socialista ou comunista implica ir além do capital como sistema de controle do metabolismo social. Portanto, ir além do Estado político e sua institucionalidade democrática propriamente dita.

Entretanto, com o desenvolvimento do capitalismo no século XIX, principalmente na passagem para o capitalismo monopolista, destacou-se uma esquerda social-democrata ou social-liberal que, embora não compartilhe os ideais radicais da esquerda socialista e comunista (por exemplo, a extinção do Estado político do capital como condição *sine qua non* para a emancipação social da classe trabalhadora), cultiva valores de justiça e direitos sociais, cidadania e consumo, e oportunidade de ascensão individual das classes subalternas na estratificação social no interior da ordem burguesa.

A esquerda social-democrata (ou social-liberal) acredita que se possa efetivamente realizar os valores civilizatórios sem a necessidade da revolução social para além do capital. A esquerda social-liberal no século XX reforçou a consciencia contingente da classe e inclusive combateu partidos da esquerda revolucionária, na medida em que disputa posições políticas das camadas médias e subalternas do proletariado. Por outro lado, a esquerda radical defende que apenas no socialismo

pode-se superar as alienações da vida social e desenvolver os valores humanos na sua integralidade, salientando a necessidade histórica da consciência e luta de classes e o movimento social de luta para além da institucionalidade político-democrática.

A esquerda social-democrata ou social-liberal, embora defenda a justiça social por meio do gasto público e transferência de renda *não* visa o “para além do capital”, mas, pelo contrário, sustenta-se nos dois elementos do capital: o Estado político. É importante salientar que o tripé-sustentáculo da relação-capital é constituído pelo *mercado (concorrência)*, *trabalho alienado (propriedade privada)* e *Estado político (poder e formas políticas, incluindo a democracia política)*.

2. Reforma e Revolução

Enquanto a distinção esquerda e direita ganhou relevância política no século XXI tendo em vista a *luta ideológica* como primado do capitalismo manipulatório e da crise estrutural do capital, a distinção *reforma e revolução* perde sentido, tendo em vista o grau de complexidade do processo de revolução social. Talvez isso explique a perda da capacidade de reforma da social-democracia e a importância da revolução ser vista como um *processo de reformas* capazes de propiciar um salto de qualidade na dinâmica social num espaço-tempo alongado caracterizado pelo acúmulo de forças do poder coletivo-social. Portanto, a ideia de *democratização radical* ganha relevância, distinguindo-se da ideia de democracia meramente como forma (política) que se distingue do processo de auto-apropriação do poder social pelas individualidades pessoais de classe alienadas.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a conquista do Estado político implica, ao mesmo tempo, sua extinção. A ideia de democracia participativa só ganha sentido para o socialismo radical quando a participação das massas altera o próprio sentido (forma-contéudo) da democracia, não só democracia política, mas radicalmente social-coletiva. Enfim, só existe *democracia* (como processo de apropriação do poder social alienado, expropriando os expropriadores) com participação *consciente* na perspectiva da *consciência de classe*. Nesse caso, vai-se além da forma política do Estado e afirma-se a nova institucionalidade da sociedade dos *produtores* auto-organizados.

Construir a sociedade dos produtores auto-organizados (a utopia socialista) implica atingir um desenvolvimento histórico e social capaz de *habilitar* as massas e o povo para tornarem-se individualidades pessoais e sujeitos capazes de ação e inteligência coletiva, pressuposto histórico necessário corroído hoje pela *barbárie social* (a imbecilização e idiotização das classes trabalhadoras pela indústria cultural e pelo modo de vida *just-in-time*).

Na medida em que a distinção entre *reforma e revolução se complexifica* – no próprio sentido de enriquecimento concreto - ganhando densidade orgânica nas sociedades ocidentais, articula-se de outro modo, a relação entre *forma-partido* e a *política dos movimentos sociais*, dissolvendo-se assim, a *férreo* hierarquia entre eles, no sentido estabelecido pela tradição marxista-leninista. Talvez os pólos da relação partido-sindicatos (e movimentos sociais) tenham que ser redefinidos tendo em vista as mudanças sociais e culturais do capitalismo tardio.

Para a esquerda socialista coloca-se a necessidade candente do surgimento da inteligência social e coletivas radical capaz de catalisar novas energias de insatisfação/inquietação social da proletariedade universal na direção da consciencia de classe. A idéia de consciencia de classe permanece válida pois diz respeito à organização social e politico-instituconal da classe trabalhadora (sentido amplo) como processo de afirmação/extinção do Estado político do capital (o correlato clássico do *poder popular* e da *dualidade de poder* como etapa de transição histórica – de longa duração! - para além do capital).

3. *Questão social e questão nacional*

Eis outra problemática redefinida pela crise estrutural do capital. Num primeiro momento, no calor da luta histórica, política e geopolítica, a questão nacional (redefinida) se coloca como pressuposto necessário da superação da questão social. Entretanto, a questão nacional se afirma no interior do processo de transnacionalização da luta pelo socialismo incapaz de ser realizado num do país.

Por exemplo, a afirmação da Nação dos países capitalistas latino-americanos (africanos e do oriente-médio) só pode ocorrer caso seja feita numa perspectiva de luta contra o imperialismo senil, representado pela tríade central do capitalismo neoliberal (Estados Unidos, União Europeia e Japão). Entretanto, a resolução da questão nacional na borda do arco do *imperialismo senil* coloca a necessidade da democratização radical na perspectiva do socialismo. A luta pela Nação (no sentido de Estado popular-democrático) coloca-se como pressuposto da democratização radical, ante-sala do socialismo (como ideal universal).

Mas a luta pelo socialismo no bojo da questão nacional contra o imperialismo neoliberal – luta impulsionada pela questão social candente no capitalismo flexível do século XXI – encontrará o novo obstáculo no novo processo hegemónico do capital, o “socialismo de Estado” chinês, o novo pólo da relação-capital no século XXI (“socialismo de Estado” é uma *contradictio in adjectio* (uma contradição nos próprios termos).

4. *Crescimento das forças produtivas e desenvolvimento do capital*

Com a crise estrutural do capital torna-se profundamente contraditória e rica a relação entre *crescimento das forças produtivas* e *desenvolvimento do capital*. Não que antes, ela não representasse a principal contradição do modo de produção capitalista, mas sim, com o capitalismo global e a crise de civilização do capital, tal contradição crucial assumiu dimensões radicais, expressa pelo fenômeno do *estranhamento* (de acordo com Lukács): a contradição entre o desenvolvimento das capacidades humanas e a degradação da personalidade do homem como ser humano-genérico.

A contradição candente entre crescimento das forças produtivas e desenvolvimento do capital ameaça os próprios fundamentos da utopia concreta do socialismo do século XXI, na medida em que a corrosão do sujeito humano e de sua subjetividade leva a castração das habilidades subjetivas do homem expropriar os expropriadores tendo em vista que a expropriação exige a capacidade prévia da apropriação intelectual-moral e sensorial (a formação de sentidos do novo homem).

Enfim, a barbarie social *pode* inviabilizar a emancipação humana e social, a democratização radical e o fundação do socialismo quando ela se constitui como sociometabolismo (a degradação da pessoa humana-como-sujeito-que-trabalha) (o que desenvolvi no meu último livro “A tragédia de Prometeu” (Projeto editorial Praxis, 2016).

A *desumanização humana* é componente do devir alienado dos homens. Eis a forma principal de manifestação da contradição entre crescimento das forças produtivas e desenvolvimento do capital tal como ocorreu se forma acelerada nos últimos 150 anos. Durante muito tempo imaginou-se que as relações de produção capitalistas iriam sufocar e estagnar o crescimento das forças produtivas sociais e levar o capitalismo à derrocada. Pelo contrário, o capitalismo do século XX demonstrou o poder do capital no alavancamento (alienado) das forças produtivas do trabalho social. Na medida em que não se aboliu a relação-capital cumpriu-se a lei histórica proclamada pelo jovem Marx em 1844: “O trabalhador se torna tão mais pobre quanto mais riqueza produz”.

Entretanto, a mais-valia relativa e a capacidade do capital engendrar de modo extenso e intenso, o fetichismo da mercadoria e os fetichismos sociais, alteraram a fenomenologia da praxis emancipatória no século XX. O capital tornou-se cada vez mais capaz de produzir “grilhões dourados” que obstaculizam efetivamente a percepção e entendimento da “pobreza humana”. Com o capitalismo manipulatório na era da crise estrutural do capital, o poder da ideologia tornou-se supremo. A “captura” da subjetividade da pessoa-que-trabalha corre *pari pasu* ao crescimento (alienado) das forças produtivas do trabalho social, provocando o estranhamento numa dimensão inédita na história humana.

No século XXI, torna-se indiscutível que a produção interverte-se em destruição. Torna-se assim, *produção destrutiva* que se expande no interior da lógica da acumulação do capital, ocultando, ao mesmo tempo, como operação de manipulação social, suas possibilidades emancipatórias negadas pela propriedade privada e divisão hierárquica do trabalho. O espetáculo da tecnologia oculta tais promessas irrealizadas e seu caráter irracional. O crescimento capitalista global opera aprofundando, não as forças produtivas sociais, mas as forças destrutivas do ser social - na alienação, tanto do homem de si mesmo e dos outros homens, e por fim, da própria natureza (a questão ecológica se coloca como elemento do estranhamento). Assim, a luta contra o *estranhamento* é uma luta contra a degradação da Natureza exterior ao homem.

Portanto, *em síntese*, o movimento operado pela temporalidade histórica da crise estrutural do capital afirma a relevância da distinção *esquerda e direita* e a complexificação ou enriquecimento da dialética *reforma e revolução* e da percepção da radicalidade da contradição *crescimento das forças produtivas e crescimento capitalista*. Ao mesmo tempo, a questão social e a questão nacional se aproximam e criam vínculos radicais na medida em tornam-se bandeiras do proletariado que se apropria do Estado político para emancipar a Nação como meio de sua própria auto-emancipação e ao mesmo tempo extinguir o Estado como Estado político do capital .

Ao mesmo tempo, o poder da ideologia na era do capitalismo manipulatório amplia o risco da nova barbarie do capital, a barbarie social - e o Brasil é o polo mais desenvolvido da barbarie social pois o arcaico é convocado para fortalecer os brilhos do moderno. No século XXI aprofunda-se o estranhamento que é operado pelo fortalecimento dos anteparos políticos e ideológicos da sociedade capitalista decorrentes da profissionalização dos seus agentes institucionais, tais como órgãos de vigilância, repressão, propaganda, além de think tanks transnacionais.

Ideologia, estranhamento e fetichismo social alimentam a reprodução contraditória da ordem burguesa senil. O projeto do socialismo no século XXI implica a luta radical contra tal tríade do capital, materializando tal luta em organizações coletivas e linhas de ação capazes de construir outro sociometabolismo que opere dialeticamente os polos questão social-questão nacional, partido-movimentos sociais, reforma-revolução, parlamento-ações extraparlamentares, coletividades-individualidades pessoais, etc.

O capital criou uma *nova base técnica informacional* a partir do qual deve destilar suas supremas contradições e possibilidades emancipatórias. A *Quarta Revolução Industrial* deve elevar numa escala social inédita as diversas formas de irracionalidades, verdadeiras manifestações da barbárie social e expressão da corrosão do sujeito humano em sua capacidade de expropriar os expropriadores e afirmar sua autonomia pessoal, humana, moral-intelectual e histórico-coletiva.

Enfim, *formar para o socialismo*, processo social arduo e difícil, significa educar as pessoas para que elas não precisem de um senhor - um desafio incomensurável na ordem oligarquico-burguesa da Casa Grande & Senzala.